

**Metaética: da Teoria do Erro ao Ficcionalismo Moral****Metaethics: from Error Theory to Moral Fictionalism****Idia Laura Ferreira****Doutoranda em Filosofia do PPGF-UFRJ-Bolsista Capes**

**Resumo:** A teoria do erro de Mackie reconhece o caráter cognitivista da moralidade tal como a concebemos: juízos morais levantam pretensões de verdade objetiva. Segundo Mackie, porém, tais pretensões não podem ser resgatadas. Os fatos e as propriedades pressupostos pelo discurso moral simplesmente não existem. Consequentemente, nosso discurso e prática morais estão sempre imbuídos de erro. A conclusão de Mackie assemelha-se ao ceticismo do ateísmo frente à religião, desta feita, porém, e paradoxalmente, deixando um vácuo irremediável em uma das mais importantes práticas humanas, a moralidade, cujo valor prático também é reconhecido por Mackie. O trabalho apresenta a linha argumentativa da teoria do erro e também a proposta do ficcionalismo moral de Richard Joyce que pretende resolver o problema prático gerado pela teoria de Mackie.

**Palavras-chave:** metaética; cognitivismo; irrealismo moral; teoria do erro; ficcionalismo moral

**Abstract:** Mackie's error theory recognizes the cognitivist nature of moral discourse as we know it: moral judgments are claims to objective truth. According to Mackie, however, those claims cannot be made good. The facts and properties presupposed by moral discourse simply do not exist. As a result, moral practice and discourse are always embedded in error. Mackie's conclusion is like the atheist's skepticism, only it makes havoc of morality, one of the most important human practices, whose practical value is recognized by Mackie himself. The paper presents the main argumentative strands of the error theory as well as of the moral fictionalism advanced by Richard Joyce as a tentative solution to the practical problem engendered by Mackie's moral theory.

**Keywords:** metaethics; cognitivism; moral irrealism; error theory; moral fictionalism

A tarefa da metaética é, num sentido mais geral, explicar a experiência da moralidade. Tal experiência, o pensamento e a prática da moralidade têm por características alguns aspectos centrais: o pensamento moral parece ser caracterizado por estados mentais identificados a crenças, ou seja, quando estamos envolvidos em demandas morais o que parece estar em jogo são demandas objetivas que não dependem de nossos interesses pessoais, cuja verdade/falsidade pode ser comprovada no mundo; e a prática da moralidade está imbuída de demandas subjetivas, ou seja, que envolvem nossas emoções e desejos e essas demandas são intrinsecamente motivadoras.

Em termos próprios, a moralidade faz uso de uma linguagem proposicional cuja semântica denuncia pretensões à objetividade e, fenomenologicamente, sentimos reconhecer uma autoridade que se sobrepõe a nós ou à nossa subjetividade e, ao mesmo tempo, reconhecemos um aspecto pró-ativo nas demandas caracteristicamente morais. Os teóricos da metaética têm-se esforçado para explicar, sem prejuízo da fenomenologia ou de nossas intuições mais arraigadas, os aspectos metafísicos, semânticos e epistemológicos que caracterizam a moralidade. A metaética, desta forma, não se ocupa da questão substantiva que envolve a teoria ética: saber o que é certo ou errado, justo ou injusto não é o foco da abordagem metaética, mas o que estamos expressando quando dizemos que algo é certo ou errado, justo ou injusto ou ainda, porque o fazemos.

### **Descrrevendo a teoria do erro**

Faz parte das intuições da moralidade a noção de que reconhecemos suas demandas como coisa independente de nós e que nos chama a algo. Ou seja, existe um aspecto autoritativo ou objetivamente prescritivo que caracteriza fenomenologicamente a moral. Esse aspecto da experiência moral leva à noção de que existe algo factual e objetivo no mundo a ser observado e seguido. Mackie reconhece esse aspecto como parte essencial da demanda moral, e afirma que ele integra o significado dos termos morais. Uma explicação semântica da linguagem moral será adequada somente se reconhecer esse aspecto em toda sua complexidade: “Nenhuma explicação simples dos significados das proposições morais de primeira ordem será correta ou sequer capaz de abarcar adequadamente os significados correntes e convencionais dos termos morais mais importantes.”<sup>1</sup>A investigação metaética não pode deixar de reconhecer a pretensão à objetividade dos juízos morais.

A teoria proposta por Mackie busca desenvolver uma resposta que explique essa pretensão à objetividade do discurso moral e o elemento categórico e prescritivo dos juízos morais convencionais sob o ponto de vista do subjetivismo, especificamente do ceticismo ontológico. As principais características desta teoria são:

---

<sup>1</sup> MACKIE, *Ethics: Inventing Right and Wrong*, p. 20

## Metaética: da Teoria do Erro Ficcional Moral

1. Um enfoque de segunda ordem relacionado com o entroncamento categorial dos valores morais e com a natureza da valoração moral, associado ao modo e lugar de seu encaixe no mundo e a negação da existência de valores morais objetivos;
2. Um subjetivismo que não está comprometido com o subjetivismo semântico, ou seja, é um subjetivismo no sentido amplo e não uma doutrina do significado, e que, neste sentido não se identifica com o não-cognitivismo;
3. O reconhecimento de que o ceticismo moral é contra-intuitivo, pois a análise do discurso moral ordinário revela uma crença implícita na objetividade dos valores morais, neste aspecto uma identificação com o cognitivismo na explicação semântica;
4. Uma aproximação do não-cognitivismo<sup>2</sup> ao reconhecer que os valores objetivos em questão possuem intrinsecamente a qualidade de orientar a ação ou gerar motivação, reconhecimento que indiretamente o compromete com o internalismo motivacional.

Embora seu questionamento se localize na metafísica envolvida no discurso e prática morais e sua tese central seja a negação de fatos ou valores morais, para Mackie a questão ontológica não está comprometida com a teoria normativa da moralidade. De fato, segundo Mackie, as questões de segunda ordem, como se convencionou classificar as questões da metaética, são conceitualmente independentes daquelas de primeira ordem às quais se refere a teoria moral (ética normativa e ética aplicada). Este aspecto, ao final, gerará uma conclusão que parecerá paradoxal quando confrontadas as implicações da teoria do erro com a questão normativa, já que na questão normativa Mackie *não* adota o ceticismo. Ao contrário, propõe a aceitação de um sistema moral híbrido na combinação de elementos consequencialistas não utilitaristas com elementos deontológicos, ou seja, uma teoria construída sobre noções de regras ou princípios de ação (ou obrigações ou direitos ou virtudes), ou uma combinação destes elementos num sentido amplo e não apenas em torno de algum objetivo que tenha que ser alcançado, como no consequencialismo utilitarista (a maximização da felicidade, p. ex.). A afirmação central da teoria do erro de Mackie é a seguinte:

A tese segundo a qual valores não são objetivos, não fazem parte da estrutura do mundo, é concebida de forma a incluir não apenas a bondade moral, que poderia ser mais naturalmente identificada com o valor moral, mas também outras coisas que poderiam ser chamadas, num sentido mais fraco, de valores ou desvalores morais—

---

<sup>2</sup> ‘Cognitivismo’ e ‘Não-cognitivismo’ são teses correntes na metaética que estão relacionadas, grosso modo, à interpretação ‘psicológica’ dos juízos morais: se estes expressam estados mentais identificados como crenças, cognitivos, ou se expressam estados mentais identificados com desejos, conativos.

---

retidão e erro, dever, obrigação, o fato de uma ação ser corrupta e desprezível etc. (MACKIE, *Ethics: Inventing Right and Wrong*, p. 15.) (Trad. Minha).

O ceticismo moral de Mackie distingue-se de teses que negam a realidade de fatos morais (tais como o mencionado não-cognitivismo) em dois aspectos cruciais. Sua abordagem é (1) negativa, ou seja, aplica-se a negar a existência de certas entidades e questionar as relações do tipo: valores objetivos/exigências categoriais presentes na prática moral e (2) é ontológica/factual, e não lingüística ou conceitual; ou seja, não está fixada no significado das afirmações morais, embora, para ser plausível, também ofereça tal explicação do significado e, de fato, sob o ponto de vista da análise semântica identifica-se com o cognitivismo, mas esse não é seu objetivo central.

Enfim, em oposição aos não-cognitivistas, Mackie considera que o realismo está certo quando diz que a exigência moral deve ser entendida por sua aparência ou significado manifesto: predicados morais denotam (ou pretendem denotar) propriedades genuinamente morais; exigências morais envolvem proposições com condições de verdade sobre essas propriedades e elocções morais expressam crenças na forma de asserções; por outro lado, Mackie diz que os não-cognitivistas estão certos ao apontar a extraordinária implausibilidade metafísica pressuposta pelo discurso moral na interpretação não-naturalista. Também estariam certos os não-cognitivistas quando descrevem o discurso moral como incapaz de ser avaliado como expressando verdades. Mackie conclui que o discurso moral é cognitivamente significativo, tem natureza representacional, mas é, na pior das hipóteses, sistematicamente falso ou, na melhor das hipóteses, implausível.<sup>3</sup>

Ao final, sua tese é uma teoria do erro porque afirma que, embora a moralidade possa (e deva) ser reconhecida na sua fenomenologia, as pessoas cometem um erro ao não perceber a falsidade de seus fundamentos, neste caso, não perceber que apóiam suas crenças numa categoria vazia.

### **Desdobramentos e ficcionalismo**

O ficcionalismo defendido por Richard Joyce pode ser considerado um tipo de desdobramento da teoria do erro moral de Mackie porque é

---

<sup>3</sup> A arguição para a teoria do erro pode ser conferida no denso primeiro capítulo de *Ethics: Inventing Right and Wrong*, 1977.

construído a partir da sua fundamentação. Esta teoria, assim como aquela, tem por premissas básicas: 1) que os julgamentos morais têm objetividade prescritiva, ou seja, pressupõem essencialmente que valores morais têm autoridade absoluta; e 2) essa pressuposição é um erro porque é irreconciliável ao modo como as coisas são, ou seja, não existe qualquer valor que tenha essa autoridade objetiva.

A premissa (1) trás em seu bojo a interpretação cognitivista do significado e uso dos termos morais: sentenças morais *são* asserções com pretensão de objetividade. Além disso, há também uma assunção motivacional, pois ao reconhecer que a moralidade tem autoridade e guia a ação Mackie e os ficcionalistas também assumem o internalismo motivacional. Internalismo motivacional, grosso modo, é a tese que existe uma conexão muito estreita (“interna”) entre o reconhecimento de uma demanda moral e a motivação para agir de acordo com ela.

Um projeto do ficcionalismo, neste caso, pelo menos o projeto defendido por Joyce, é fornecer uma explicação do porque continuamos a exercer e pensar nesta prática se ela não passa de um mito e, sobretudo, porque deveríamos manter o sentido da moralidade. Ao fornecer uma explicação evolucionária deste sentido humano especial, Joyce pensa evitar o paradoxo ‘esquizofrênico’ que intuitivamente parece surgir como um resultado da teoria do erro moral tal qual apresentada por Mackie, apenas porque este não se ocupa da explicação do sentido de sua manutenção. O aspecto pragmático das questões da moralidade surge como a justificativa para a própria defesa e manutenção do discurso moral.

### **A Moralidade como Ficção**

Quando apresenta sua própria versão do erro moral, Joyce adota uma explicação para o comprometimento inegociável próprio do discurso moral diferente daquela apontada por Mackie. Mackie parte da idéia que julgamentos de obrigação morais são necessariamente motivadores, diferentemente dos julgamentos não-morais (tese internalista da motivação moral). Essa qualidade motivadora dos fatos morais os tornaria especialmente estranhos, no sentido estrito de serem improváveis, diferente de todos os fatos com que estamos familiarizados. Esse argumento se tornou conhecido por *argument from queerness*, pois apresenta como muito bizarra (*queer*) a suposição de uma “prescritividade objetiva” como característica essencial da discurso moral.

Joyce evita esse argumento interpretando “prescritividade objetiva” não mais em termos de uma conexão interna do julgamento moral com a motivação, mas em termos de uma alegação de razões para agir. Particularmente, como a alegação de que obrigações morais fornecem aos agentes razões a serem seguidas, independentemente de seus interesses ou desejos. Essa tese— segundo a qual existem razões absolutas que se aplicam a nós independentemente da nossa natureza subjetiva, dos nossos interesses e desejos contingentes—é conhecida como externalismo de razões. Do ponto de vista de Joyce, o “erro” da moralidade repousa nessa tese externalista. O argumento principal de Joyce—sua alternativa ao *argument from queerness*—é a negação sistemática, baseada na teoria humiana das razões, da alegação de que razões normativas para ação possam independe dos interesses e desejos dos agentes. A argumentação que fundamenta sua teoria do erro é intrincada e não cabe neste espaço. Para o momento, precisamos apenas entender que um aspecto importante desta argumentação é a distinção que Joyce traça entre a dimensão subjetiva e a dimensão objetiva da razão prática. É a partir da afirmação de que não precisa ser considerada irracionalidade prática a ação de uma agente que falha em seguir aquela ação a qual tem razão para seguir (já que questões sobre racionalidade prática são condicionadas por situações epistêmicas do agente), que podemos entender como ele adota a direção do ficcionalismo moral.

Argumentando sobre suas possíveis origens evolucionárias, Joyce defende a moralidade como um ótimo resultado prático da nossa tendência natural e primitiva para dispor conceitos morais, sugerindo que essa tendência para pensar ações como ‘requeridas’ (necessárias) deve ter sido façanha da seleção natural para encorajar a cooperação em comunidades humanas. Até este ponto acompanha Mackie. Mas vai além, afirmando que além da função prática, a explicação evolucionária que ele fornece mostra que o processo pelo qual formamos crenças morais não é confiável, ou seja, a idéia é que a explicação evolucionária afirma que somos dispostos a formar crenças morais independentemente de evidências as quais estamos expostos, e esta independência (desvinculação) das crenças morais da verdade revela essas crenças como injustificadas. Ainda que não forneça evidências independentes de que tais crenças são falsas, Joyce utiliza a explicação evolucionária como mais uma prova da evidência da falsidade das crenças morais. (JOYCE, p. 168)

Para apontar apenas *um* problema do ficcionalismo de Joyce, digamos: O juízo moral “Você deve fazer isso!” está baseado, segundo Joyce, na crença de que existem razões externas para agir. Contudo, tal crença é falsa. Por que então deveríamos continuar a usar a linguagem prescritiva da moral depois de perceber que ela é um erro, um mito? Ainda que haja uma explicação evolutiva para a tendência a adquirir crenças falsas sobre razões para agir, nós sabemos agora que tais crenças são irremediavelmente falsas. A explicação engenhosa de Joyce é que a crença falsa que está na base da moralidade é útil e preciosa do ponto de vista de suas conseqüências práticas. A função social associada à moralidade (possibilitar a cooperação social entre seres humanos) é melhor servida quando a moralidade é vista internamente pelos agentes morais como a representação verdadeira do universo das razões externas objetivas—mesmo que a visão interna seja um erro. Isto definiria para Joyce o “contexto prático (ou da deliberação)”, no qual nós operaríamos sem questionar nossas crenças mais fundamentais. No “contexto crítico”, por outro lado, temos consciência do valor de verdade de nossas crenças e sabemos que a crença moral fundamental é falsa. Na medida em que os contextos podem ser separados, o problema não se manifesta. Mas se o contexto de deliberação tiver também uma dimensão crítica reflexiva—e é razoável supor que as coisas sejam assim—nós nos encontramos numa situação bastante desconfortável: a de agentes morais que precisam agir de acordo com crenças que a nossa reflexão revela como falsas.

Afinal, Joyce não parece ter fornecido a resposta prática necessária ao desdobramento da teoria do erro, porque uma vez esclarecidos— e esse parece ser o desafio final de Mackie: reconhecermos que cometemos um erro ao acreditar numa categoria vazia—não temos outra opção senão abandonar a moralidade tal qual a conhecemos.

### Referências bibliográficas

JOYCE, Richard. *The Myth of Morality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MACKIE, J. L. *Ethics: Inventing Right and Wrong*. London: Penguin, 1977.